MAGNESITA REFRAATÓRIOS S.A.

**POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO COM VALORES
MOBILIÁRIOS DE EMISSÃO PRÓPRIA**

E

**POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES
RELEVANTES E PRESERVAÇÃO DE SIGILO**

SUMÁRIO

1. NORMAS GERAIS.....	3
1.1. Definições.....	3
1.2. Adesão	6
1.3. Princípios.....	6
2. POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO COM VALORES MOBILIÁRIOS DE EMISSÃO PRÓPRIA OU A ELES REFERENCIADOS	7
2.1. Objetivo	7
2.2. Vedações à Negociação	7
2.3. Vedação à Deliberação Relativa à Aquisição ou à Alienação de Ações de Emissão da Própria Companhia	8
2.4. Período de Não Negociação	9
2.5. Dever de Comunicação de Negociações de Administradores, entre outros, e Pessoas Ligadas	9
2.6. Obrigação de Indenizar.....	10
2.7. Alteração.....	10
2.8. Vigência.....	10
2.9. Disposições Finais	10
3. POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES RELEVANTES E PRESERVAÇÃO DE SIGILO	11
3.1. Objetivos.....	11
3.2. Ato ou Fato Relevante - Exemplos e Interpretação	12
3.3. Deveres e Responsabilidade	13
3.4. Exceção à Imediata Divulgação	15
3.5. Dever de Guardar Sigilo	15
3.6. Aquisição ou Alienação de Participação Acionária Relevante	16
3.7. Respostas a Rumores	16
3.8. Obrigação de Indenizar.....	17
3.9. Alteração.....	17
3.10. Vigência.....	17

1. NORMAS GERAIS

1.1. Definições

Na aplicação e interpretação da Política de Negociação com Valores Mobiliários de Emissão Própria ou a eles referenciados e da Política de Divulgação de Informações Relevantes e Preservação de Sigilo, os termos e expressões entre aspas, listados abaixo, quando iniciados em letras maiúsculas, terão os seguintes significados, sendo que qualquer termo no singular inclui o plural e vice-versa:

“**Acionista Controlador**” ou “**Sociedade Controladora**” significa o acionista ou grupo de acionistas vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum que exerça o Poder de Controle da Companhia, nos termos do artigo 116 da Lei nº 6.404/76 e posteriores alterações;

“**Administradores**” significa a totalidade dos membros, titulares e suplentes, da Diretoria e do Conselho de Administração da Companhia;

“**Ato ou Fato Relevante**” significa qualquer decisão do Acionista Controlador ou Sociedade Controladora, deliberação de Assembleia Geral ou dos órgãos de administração da Companhia, de Sociedade Coligada ou Sociedade Controlada, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, legal, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, que possa influir de modo ponderável (i) na cotação de Valores Mobiliários; (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os Valores Mobiliários; ou (iii) na determinação de os investidores exercerem quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de Valores Mobiliários;

“**BM&FBOVESPA**” significa a BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros;

“**Bolsa de Valores e Mercado de Balcão**” significa qualquer outra bolsa de valores, além da BM&FBOVESPA, e entidades do mercado de balcão organizado, no país ou no exterior, em que os Valores Mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados venham a ser admitidos à negociação;

“**Companhia**” significa a Magnesita Refratários S.A.;

“**Conselheiros Fiscais**” significa a totalidade dos membros, titulares e suplentes, do Conselho Fiscal da Companhia;

“**CVM**” significa a Comissão de Valores Mobiliários;

“**Derivativos**” significa títulos e valores mobiliários negociados em mercados de liquidação futura ou outros ativos tendo como lastro ou objeto Valores Mobiliários de emissão da Companhia;

“**Diretor de Relações com Investidores**” significa o diretor da Companhia responsável pela (i) prestação de informações ao público investidor, à CVM, à BM&FBOVESPA e, conforme o caso, às Bolsas de Valores ou entidades do Mercado de Balcão organizado, no país ou no exterior, em que os Valores Mobiliários de emissão da Companhia venham a ser admitidos à negociação; e (ii) pela atualização do registro de companhia aberta junto à CVM;

“**Ex-Administradores**” significa quaisquer ex-membros, titulares e suplentes, da Diretoria e do Conselho de Administração da Companhia;

“**Empregados e Executivos**” significa os empregados e executivos da Companhia, independentemente de seu cargo, função ou posição na Companhia;

“**Informação Privilegiada**” ou “**Informação Relevante**” significa toda informação relacionada à Companhia capaz de influir de modo ponderável na cotação dos Valores Mobiliários ou na decisão e/ou comportamento de acionistas e investidores, e ainda não divulgada ao público em geral;

“**Instrução CVM nº 358/02**” significa a Instrução nº 358, de 03 de janeiro de 2002, da CVM, conforme alterada de tempos em tempos, que dispõe sobre a divulgação e uso de informações sobre Ato ou Fato Relevante relativos às companhias abertas, bem como sobre a negociação de valores mobiliários de emissão de companhia aberta na pendência de fato relevante não divulgado ao mercado, dentre outras matérias;

“**Instrução CVM nº 547/14**” significa a Instrução nº 547, de 05 de fevereiro de 2014, da CVM, que, dentre outras matérias, alterou dispositivos da Instrução CVM nº 358/02 referentes aos canais de comunicação que poderão ser utilizados por companhias abertas para a divulgação de Ato ou Fato Relevante.

“**Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas**” significa os órgãos da Companhia criados por seu estatuto, com funções técnicas ou destinados a aconselhar os seus administradores;

“**Participação Acionária Relevante**” significa a participação que corresponda, direta ou indiretamente, a, no mínimo, 5% (cinco por cento) das ações representativas do capital social da Companhia.

“**Pessoas Ligadas**” significam as seguintes pessoas que mantenham vínculos com Administradores, Conselheiros Fiscais, membros dos Órgãos com Funções Técnicas ou

Consultivas da Companhia ou com Pessoas Vinculadas: (i) o cônjuge, (ii) o(a) companheiro(a); (iii) qualquer dependente incluído na declaração anual do imposto sobre a renda e (iv) as Sociedades Controladas direta ou indiretamente, seja pelos Administradores e assemelhados, seja pelas Pessoas Ligadas;

“**Poder de Controle**” significa (i) a titularidade de direitos de sócio que assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores e (ii) o uso efetivo do poder para direção das atividades sociais e orientação do funcionamento dos órgãos da companhia;

“**Pessoas Vinculadas**” significa a Companhia, seus Acionistas Controladores, diretos e indiretos, acionistas da Companhia que tenham eleito membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e de quaisquer outros Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas, Empregados e Executivos, Sociedades Controladas, Sociedades Coligadas ou sob controle comum e respectivos acionistas controladores, membros da administração e de órgãos com funções técnicas ou consultivas, prestadores de serviços e outros profissionais, em todos os casos, que tenham aderido expressamente às Políticas de Divulgação e de Negociação da Companhia e estejam obrigados a observar as regras descritas neste Regulamento;

“**Política de Divulgação**” significa a Política de Divulgação de Informações Relevantes e Preservação de Sigilo;

“**Política de Negociação**” significa a Política de Negociação com Valores Mobiliários de Emissão da Própria Companhia ou a eles referenciados;

“**Sociedade Coligada**” significa a sociedade na qual a Companhia tenha influência significativa, nos termos da Lei nº 6.404/76, conforme alterada de tempos em tempos;

“**Sociedade Controlada**” significa a sociedade na qual a Companhia, diretamente ou através de outras controladas, seja titular de direitos de sócia que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores, e inclui as subsidiárias integrais;

“**Termo de Adesão**” significa o instrumento formal assinado pelas Pessoas Vinculadas e reconhecido pela Companhia, por meio do qual estas manifestam sua ciência quanto às regras contidas na Política de Divulgação e na Política de Negociação, em cada caso, assumindo a obrigação de cumpri-las e de zelar para que as regras sejam cumpridas por pessoas que estejam sob sua influência, incluindo empresas controladas, coligadas ou sob controle comum, cônjuges e dependentes, diretos ou indiretos;

“**Valores Mobiliários**” significa quaisquer ações, debêntures, bônus de subscrição, recibos e direitos de subscrição, notas promissórias, opções de compra ou de venda, ou,

ainda, quaisquer outros títulos ou contratos de investimento coletivo de emissão da Companhia, que, por disposição legal, sejam considerados valor mobiliário.

1.2. Adesão

Deverão assinar Termo de Adesão ao presente Regulamento, conforme modelo constante do Anexo “A”, tornando-se Pessoas Vinculadas para os fins aqui previstos, os Acionistas Controladores, membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e de quaisquer Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas, Empregados e Executivos da Companhia que tenham acesso frequente a Informações Relevantes e por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, nas Sociedades Controladoras, nas Sociedades Controladas e nas Sociedades Coligadas, tenha conhecimento de informação relativa a Ato ou Fato Relevante sobre a Companhia, seus negócios ou Valores Mobiliários.

1.3. Princípios

Todas as pessoas sujeitas à Política de Negociação e Política de Divulgação deverão pautar a sua conduta em conformidade com os valores da boa-fé, lealdade e veracidade e, ainda, pelos princípios gerais aqui estabelecidos, incluindo na hipótese de serem inquiridas pelo Diretor de Relações com Investidores da Companhia acerca da existência, disseminação e uso de uma Informação Relevante.

As pessoas que aderirem a este Regulamento devem ainda, atentar para a sua responsabilidade social, especialmente para com os investidores, as pessoas que trabalham na Companhia e a comunidade em que a Companhia atua.

Assim, todos os esforços em prol da eficiência do mercado devem ter por objetivo fazer com que a competição entre os investidores por melhores retornos resulte da análise e interpretação da informação divulgada e jamais decorra do acesso privilegiado à mesma.

As pessoas sujeitas ao presente Regulamento devem pautar-se pelo princípio de que a informação transparente, precisa e oportuna constitui o principal instrumento à disposição do público investidor para que lhes sejam assegurado o indispensável tratamento equitativo. Dessa forma, o relacionamento da Companhia com os participantes e com os formadores de opinião no mercado de valores mobiliários deve dar-se de modo uniforme, transparente e amplo.

2. POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO COM VALORES MOBILIÁRIOS DE EMISSÃO PRÓPRIA OU A ELES REFERENCIADOS

2.1. Objetivo

A presente Política de Negociação tem por objetivo estabelecer as regras e procedimentos relativos à negociação de Valores Mobiliários que deverão ser observados pelas Pessoas Vinculadas e pela Companhia de forma a preservar a transparência e veracidade nessas negociações.

Esta Política de Negociação define, entre outras regras, períodos nos quais as Pessoas Vinculadas deverão abster-se de negociar com Valores Mobiliários, de modo a evitar o uso indevido de Informações Relevantes não divulgadas ao público, nos moldes da Instrução CVM nº 358/02.

Quaisquer dúvidas acerca das disposições desta Política de Negociação, da regulamentação aplicável e/ou sobre a possibilidade de se realizar ou não determinada negociação, deverão ser esclarecidas junto ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia ou, se já a negociação em questão já tiver ocorrido, a ele imediatamente comunicada.

Da mesma forma, ficam as Pessoas Vinculadas obrigadas a informar imediatamente o Diretor de Relações com Investidores da Companhia caso tenham conhecimento de que uma Informação Relevante escapou ao controle da Companhia e tornou-se do conhecimento de determinadas pessoas não vinculadas às Políticas de Negociação e Divulgação da Companhia.

2.2. Vedações à Negociação

Anteriormente à divulgação ao público de Informação Relevante ou anúncios de pagamentos de remuneração aos acionistas, nos termos da Política de Divulgação, é vedada a negociação, aconselhamento ou assistência relativos a investimento em Valores Mobiliários por parte das Pessoas Vinculadas que tenham conhecimento de tal Informação Relevante e/ou da data de sua divulgação.

Estão abrangidas nas vedações desta Política de Negociação as negociações realizadas direta e indiretamente por Pessoas Vinculadas, excluídas aquelas realizadas por fundos de investimento dos quais as Pessoas Vinculadas sejam quotistas, desde que não sejam fundos de investimento exclusivos ou fundos de investimento cujas decisões de negociação do administrador ou gestor da carteira sejam diretamente influenciadas pelas Pessoas Vinculadas.

As Pessoas Vinculadas deverão assegurar que aqueles com quem mantenham relação comercial, profissional ou de confiança não negociem Valores Mobiliários quando tiverem acesso a Informações Relevantes não divulgadas. Para tanto, as Pessoas Vinculadas envidarão seus melhores esforços para que todos que acessem Informações Relevantes firmem o Termo de Adesão.

As Pessoas Vinculadas não transmitirão Informação Relevante àqueles com quem mantenham relação comercial, profissional ou de confiança, exceto se o fornecimento de tal Informação Relevante for necessária ao exercício das funções ou cargo ocupado pela Pessoa Vinculada, hipótese em que a Pessoa Vinculada deverá, sem prejuízo do disposto acima, alertar o destinatário sobre o fato de que se trata de Informação Relevante, que não pode ser divulgada nem tampouco utilizada para fins de negociação com Valores Mobiliários.

Sempre que estiver em curso processo de aquisição ou venda de ações de emissão da Companhia por Pessoa Vinculada, que seja de conhecimento público, e sempre que tenha sido celebrado acordo ou contrato para transferência do controle acionário da Companhia, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para os mesmos fins, bem como se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária da Companhia, será vedada a negociação com Valores Mobiliários pelas Pessoas Vinculadas.

As vedações para negociação com Valores Mobiliários devem ser observadas pelas Pessoas Vinculadas até a divulgação da Informação Relevante ao público. No entanto, tais vedações serão mantidas, mesmo após a divulgação da Informação Relevante, na hipótese em que eventuais negociações com Valores Mobiliários pelas Pessoas Vinculadas possam interferir, em prejuízo da Companhia ou de seus acionistas, com o ato ou fato associado à Informação Relevante.

Mesmo após sua divulgação ao público, a Informação Relevante deve continuar a ser tratada como não tendo sido divulgada até que tenha decorrido tempo razoável para que os participantes do mercado tenham recebido e processado a Informação Relevante. Caso qualquer Pessoa Vinculada tenha dúvida quanto ao tempo que deva ser considerado como razoável para os fins deste parágrafo, deverá ela recorrer ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia para os esclarecimentos necessários.

2.3. Vedação à Deliberação Relativa à Aquisição ou à Alienação de Ações de Emissão da Própria Companhia

O Conselho de Administração da Companhia não poderá deliberar a aquisição ou a alienação de ações de própria emissão enquanto não for tornada pública, através da publicação de Ato ou Fato Relevante, a informação relativa à:

- a) celebração de qualquer acordo ou contrato visando a transferência do controle acionário da Companhia; ou
- b) outorga de opção ou mandato para o fim de transferência do controle acionário da Companhia; ou
- c) existência de intenção de se promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária da Companhia.

2.4. Período de Não Negociação

As Pessoas Vinculadas deverão abster-se de realizar quaisquer negociações com Valores Mobiliários ou a eles referenciados:

- a) no período de 15 (quinze) dias que anteceder a divulgação ou publicação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP) exigidas pela CVM, e das demonstrações financeiras da Companhia; e
- b) entre a data da deliberação do órgão competente referente ao aumento do capital social, distribuição de dividendos e pagamento de juros sobre o capital próprio, e a publicação dos respectivos editais ou anúncios.

As Pessoas Vinculadas que se afastarem de cargos na administração da Companhia anteriormente à divulgação de Informação Relevante originada durante seu período de gestão não poderão negociar com Valores Mobiliários até:

- a) o encerramento do prazo de 06 (seis) meses contado da data de seu afastamento; ou
- b) até a divulgação, pela Companhia, do Ato ou Fato Relevante ao mercado, salvo se, nesta segunda hipótese, a negociação com as ações da Companhia, após a divulgação do Ato ou Fato Relevante, puder interferir nas condições dos referidos negócios, em prejuízo dos acionistas da Companhia ou dela própria.

Dentre as alternativas acima referidas, prevalecerá sempre o evento que ocorrer em primeiro lugar.

2.5. Dever de Comunicação de Negociações de Administradores, entre outros, e Pessoas Ligadas

Os Acionistas Controladores, Administradores, os Conselheiros Fiscais e os membros de Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas da Companhia deverão informar à Companhia a titularidade de Valores Mobiliários de emissão da Companhia bem como

de derivativos ou quaisquer outros valores mobiliários referenciados nos valores mobiliários da Companhia, seja em nome próprio, seja em nome de Pessoas Ligadas, bem como as alterações nessas posições, observados, para fins de tal informação, os prazos previstos no §4º do art. 11 da Instrução CVM nº 358/02.

A comunicação deverá ser encaminhada ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia e, por este, à CVM, à BM&FBOVESPA e, se for o caso, a outras Bolsas de Valores e Mercado de Balcão, conforme modelos de formulários que constituem os Anexos “B” e “C” a este instrumento.

Essa comunicação deverá ser efetuada (i) imediatamente após a investidura no cargo, conforme o caso, e (ii) no prazo máximo de 10 (dez) dias após o término do mês em que se verificar alteração das posições detidas, indicando o saldo da posição no período.

2.6. Obrigação de Indenizar

As Pessoas Vinculadas responsáveis pelo descumprimento de quaisquer disposições constantes desta Política de Negociação obrigam-se a ressarcir a Companhia, outras Pessoas Vinculadas, ou mesmo terceiros, de forma integral e sem limitação, de todos os prejuízos que a Companhia, outras Pessoas Vinculadas, ou terceiros venham a incorrer ou suportar e que sejam decorrentes, direta ou indiretamente, de tal descumprimento.

2.7. Alteração

Qualquer alteração desta Política de Negociação deverá ser obrigatoriamente comunicada à CVM e às Bolsas de Valores.

2.8. Vigência

A presente Política de Negociação entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia e permanecerá em vigor por prazo indeterminado, até que haja deliberação em sentido contrário.

2.9. Disposições Finais

As Pessoas Vinculadas, e as que venham adquirir esta qualidade devem assinar o Termo de Adesão, conforme modelo constante do Anexo “A” e, ainda, firmar a Declaração constante do Anexo “D”, no caso de negociações que alterem sua participação acionária em no mínimo 5% (cinco por cento), devendo encaminhá-las ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia.

A Companhia poderá estabelecer períodos de não negociação com Valores Mobiliários adicionais aos previstos nesta Política de Negociação, devendo avisar imediatamente as Pessoas Vinculadas.

A negociação com Valores Mobiliários por Pessoas Vinculadas durante os períodos de não negociação, conforme previstos na presente Política de Negociação, poderá ser excepcionalmente autorizada pela Diretoria da Companhia, mediante solicitação apresentada por escrito contendo a justificativa da necessidade da negociação e desde que não conflitante com a legislação e regulamentação aplicável.

Quaisquer violações desta Política de Negociação verificadas pelas Pessoas Vinculadas deverão ser comunicadas imediatamente à Companhia, na pessoa do Diretor de Relações com Investidores.

As disposições desta Política não afastam a responsabilidade decorrente de lei ou regulamento.

3. POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES RELEVANTES E PRESERVAÇÃO DE SIGILO

3.1. Objetivos

A presente Política de Divulgação, elaborada nos termos da Instrução CVM nº 358/02, tem por objetivo estabelecer as regras e diretrizes que deverão ser observadas pelo Diretor de Relações com Investidores e demais Pessoas Vinculadas quanto à divulgação de Informações Relevantes e à manutenção de sigilo acerca de Informações Relevantes.

A divulgação de Ato ou Fato Relevante visa assegurar aos investidores o acesso, em tempo hábil, de forma eficiente e razoável, às informações necessárias para as suas decisões de investimento evitando assimetrias na disseminação das informações, e ainda, o uso indevido de informações privilegiadas no mercado de valores mobiliários pelas pessoas que a elas tenham acesso, em proveito próprio ou de terceiros, em detrimento dos investidores em geral, do mercado e da própria Companhia.

Quaisquer dúvidas acerca das disposições da presente Política de Divulgação, da regulamentação aplicável e/ou sobre a necessidade de se divulgar ou não determinada informação ao público, deverão ser esclarecidas junto ao Diretor de Relações com Investidores.

3.2. Ato ou Fato Relevante - Exemplos e Interpretação

A Instrução CVM nº 358/02 contém, em seu artigo 2º, uma lista não exaustiva de exemplos de Ato ou Fato potencialmente relevantes, e, sem prejuízo das disposições ali contidas, fica estabelecido, em qualquer caso, que os eventos relacionados com Atos ou Fatos Relevantes devem ter a sua materialidade analisada no contexto das atividades e da dimensão da Companhia, bem como das informações anteriormente divulgadas.

Constituem exemplos de Ato ou Fato potencialmente relevantes, dentre outros:

- (i) assinatura de acordo ou contrato de transferência do controle acionário da companhia, ainda que sob condição suspensiva ou resolutiva;
- (ii) mudança no controle da companhia, inclusive através de celebração, alteração ou rescisão de acordo de acionistas;
- (iii) celebração, alteração ou rescisão de acordo de acionistas em que a companhia seja parte ou interveniente, ou que tenha sido averbado no livro próprio da companhia;
- (iv) ingresso ou saída de sócio que mantenha, com a companhia, contrato ou colaboração operacional, financeira, tecnológica ou administrativa;
- (v) autorização para negociação dos valores mobiliários de emissão da companhia em qualquer mercado, nacional ou estrangeiro;
- (vi) decisão de promover o cancelamento de registro da companhia aberta;
- (vii) incorporação, fusão ou cisão envolvendo a companhia ou empresas ligadas;
- (viii) transformação ou dissolução da companhia;
- (ix) mudança na composição do patrimônio da companhia;
- (x) mudança de critérios contábeis;
- (xi) renegociação de dívidas;
- (xii) aprovação de plano de outorga de opção de compra de ações;
- (xiii) alteração nos direitos e vantagens dos Valores Mobiliários emitidos pela companhia;
- (xiv) desdobramento ou grupamento de ações ou atribuição de bonificação;

(xv) aquisição de ações da companhia para permanência em tesouraria ou cancelamento, e alienação de ações assim adquiridas;

(xvi) lucro ou prejuízo da companhia e a atribuição de proventos em dinheiro;

(xvii) celebração ou extinção de contrato, ou o insucesso na sua realização, quando a expectativa de concretização for de conhecimento público;

(xviii) aprovação, alteração ou desistência de projeto ou atraso em sua implantação;

(xix) início, retomada ou paralisação da fabricação ou comercialização de produto ou da prestação de serviço;

(xx) descoberta, mudança ou desenvolvimento de tecnologia ou de recursos da companhia;

(xxi) modificação de projeções divulgadas pela companhia; e

(xxii) impetração de concordata, requerimento ou confissão de falência ou propositura de ação judicial que possa vir a afetar a situação econômico-financeira da companhia.

3.3. Deveres e Responsabilidade

Constituem responsabilidades do Diretor de Relações com Investidores:

(a) divulgar e comunicar à CVM, à BM&FBOVESPA, e às Bolsas de Valores e Mercado de Balcão, imediatamente após a ciência, qualquer Ato ou Fato Relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia que seja considerado Informação Relevante;

(b) zelar pela ampla e imediata disseminação da Informação Relevante simultaneamente na CVM, na BM&FBOVESPA, na Bolsas de Valores e Mercado de Balcão, assim como ao público investidor em geral;

(c) prestar aos órgãos competentes, quando devidamente solicitado, esclarecimentos adicionais à divulgação de Ato ou Fato Relevante; e

(d) acompanhar e averiguar as negociações de valores mobiliários de emissão da Companhia efetuadas por Pessoas Vinculadas, e, no caso de movimentação atípica ou suspeita, procurar obter esclarecimentos se as mesmas têm conhecimento de Informação Privilegiada e/ou que tenha de ser divulgada ao mercado.

A comunicação de Informações Relevantes à CVM, à BM&FBOVESPA e, se for o caso, às Bolsas de Valores e Mercado de Balcão, deve ser feita simultaneamente e imediatamente por meio de documento escrito, descrevendo detalhadamente os atos e/ou fatos ocorridos, indicando, sempre que possível, os valores envolvidos e outros esclarecimentos.

A divulgação de Ato ou Fato Relevante deverá ocorrer, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios na BM&FBOVESPA e, se for o caso, nas Bolsas de Valores e Mercado de Balcão. Caso haja incompatibilidade de horários com os mercados internacionais, prevalecerá o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

A Informação Relevante deve ser divulgada ao público por meio do(s) seguinte(s) portal(is) de notícias com página na rede mundial de computadores (*Internet*): www.valor.com.br/fatosrelevantes, que disponibiliza, em seção disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade, nos termos da Instrução CVM nº 547/14. Não obstante a divulgação pelo canal de comunicação eletrônico, qualquer ato ou fato relevante poderá também, a critério da Companhia, ser publicado nos jornais de grande circulação por ela habitualmente utilizados, nos termos do §8º do art. 3º da Instrução CVM nº 358/02.

Sempre que for veiculada Informação Relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior, a Informação Relevante será divulgada simultaneamente à CVM, à BM&FBOVESPA, ao público investidor em geral e, se for o caso, a outras Bolsas de Valores, Mercado de Balcão e *SEC – Securities Exchange Commission*.

Qualquer Pessoa Vinculada que tenha conhecimento de atos ou fatos que possam configurar Informação Relevante deverá proceder à comunicação imediata ao Diretor de Relações com Investidores.

Sempre que tiverem conhecimento de Informações Relevantes e verificarem omissão de divulgação, as Pessoas Vinculadas deverão comunicar imediatamente os Administradores da Companhia para que analisem o caso e tomem as medidas necessárias visando informar o mercado e as autoridades competentes, se for o caso.

3.4. Exceção à Imediata Divulgação

A regra geral em relação a Ato ou Fato Relevante é a de sua imediata comunicação e divulgação. Em qualquer caso, deixar de comunicar e divulgar Ato ou Fato Relevante é uma excepcionalidade e deverá ser objeto de análise.

Em casos excepcionais em que a divulgação indistinta de Informação Privilegiada que constitua Ato ou Fato Relevante possa pôr em risco interesse legítimo da Companhia, a não divulgação será objeto de decisão dos Acionistas Controladores ou dos Administradores da Companhia, conforme o caso. Nestes casos, a CVM, a pedido dos Administradores, de qualquer acionista, ou ainda por iniciativa própria, poderá decidir sobre a prestação de informação que tenha deixado de ser divulgada, mediante requerimento dirigido ao Presidente da CVM em envelope lacrado, no qual deverá constar a palavra “Confidencial”.

Caso o Ato ou Fato Relevante esteja ligado a operações envolvendo diretamente os Acionistas Controladores e estes decidam por sua não divulgação, deverão os Acionistas Controladores informar o Diretor de Relações com Investidores da Companhia.

Os acionistas controladores e os administradores da Companhia ficam obrigados a, diretamente ou por meio do Diretor de Relações com Investidores, divulgar imediatamente o ato ou fato relevante na ocorrência das seguintes hipóteses:

- a) a informação escapar ao controle da Companhia e seus órgãos, bem como daqueles que tiverem conhecimento originariamente; ou
- b) haver oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários da Companhia ou a eles referenciados.

3.5. Dever de Guardar Sigilo

As Pessoas Vinculadas devem guardar sigilo acerca de Informações Relevantes que ainda não tenham sido divulgadas, às quais tenham acesso em razão do cargo ou posição que ocupam, até que tais Informações Relevantes sejam divulgadas ao público, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam.

Mesmo após a sua divulgação ao público, a Informação Relevante deve ser considerada como não tendo sido divulgada até que tenha decorrido tempo razoável para que os participantes do mercado tenham recebido e processado a Informação Relevante.

As Pessoas Vinculadas não devem discutir Informações Relevantes em lugares públicos. Tais assuntos somente poderão ser discutidos com aqueles que tenham a

necessidade de conhecer a Informação Relevante e, em tais casos, as Pessoas Vinculadas deverão assegurar condições adequadas para que a Informação Relevante não seja inadvertidamente transmitida, lida ou ouvida por terceiros que não estejam vinculados às Políticas de Divulgação e Negociação da Companhia.

Quaisquer violações deste Regulamento verificadas pelas Pessoas Vinculadas deverão ser comunicadas imediatamente à Companhia, na pessoa do Diretor de Relações com Investidores.

A Pessoa Vinculada que, inadvertidamente ou sem autorização, de qualquer modo comunicar, pessoalmente ou através de terceiros, ato ou fato relevante a qualquer pessoa não vinculada, antes de sua divulgação ao mercado, deverá informar tal ato imediatamente ao Diretor de Relações com Investidores para que este tome as providências cabíveis.

3.6. Aquisição ou Alienação de Participação Acionária Relevante

Nos termos da Política de Negociação, os Acionistas Controladores, diretos ou indiretos, os acionistas que elegerem membro do conselho de administração da Companhia e os acionistas que elegerem membro do conselho fiscal da Companhia deverão comunicar, assim como divulgar informação sobre aquisição ou alienação de Participação Acionária Relevante.

A declaração acerca da aquisição ou alienação de Participação Acionária Relevante deverá ser encaminhada à Companhia, nos termos do modelo de formulário constante como Anexo “D” a este instrumento, que por sua vez comunicará a CVM, à BM&FBOVESPA e às Bolsas de Valores e Mercado de Balcão.

A comunicação à Companhia deverá ser encaminhada imediatamente após ser alcançada a participação mencionada neste item. A divulgação deverá ser feita nos moldes previstos neste instrumento.

3.7. Respostas a Rumores

É política da Companhia não comentar rumores ou especulações originadas no mercado, exceto em situações extremas que impliquem ou possam implicar significativa volatilidade dos valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados. Nesses casos excepcionais, poderá haver necessidade de pronunciamento, negando ou confirmando as notícias. A questão será avaliada e decidida pelo Diretor de Relações com Investidores, que será responsável por realizar o eventual pronunciamento, quando necessário.

3.8. Obrigação de Indenizar

As Pessoas Vinculadas responsáveis pelo descumprimento de qualquer disposição constante desta Política de Divulgação se obrigam a ressarcir a Companhia, outras Pessoas Vinculadas, ou mesmo terceiros, de forma integral e sem limitação, de todos os prejuízos que a Companhia, outras Pessoas Vinculadas, ou mesmo terceiros venham a incorrer ou suportar e que sejam decorrentes, direta ou indiretamente, de tal descumprimento.

3.9. Alteração

Qualquer alteração desta Política de Divulgação deverá ser obrigatoriamente comunicada à CVM e às Bolsas de Valores.

3.10. Vigência

A presente Política de Divulgação entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho de Administração e permanecerá em vigor por prazo indeterminado, até que haja deliberação em sentido contrário.

* * * * *

ANEXO “A”

TERMO DE ADESÃO

Pelo presente instrumento, [DENOMINAÇÃO E QUALIFICAÇÃO COMPLETA], doravante denominado simplesmente “**Declarante**”, na qualidade [ACIONISTA CONTROLADOR / DIRETOR / MEMBRO EFETIVO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO / MEMBRO SUPLENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO / MEMBRO DO CONSELHO FISCAL E DEMAIS PESSOAS CITADAS NO ART. 13 DA INSTRUÇÃO CVM Nº358/02] da **Magnesita Refratários S.A.**, sociedade anônima com sede na Praça Louis Ensck, 240, Cidade Industrial, na Cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.684.547/0001-65, doravante denominada simplesmente “Companhia”, vem, por meio deste Termo de Adesão, declarar: (i) ter integral conhecimento das regras constantes da Política de Negociação com Valores Mobiliários de Emissão Própria e da Política de Divulgação de Informações Relevantes e Preservação de Sigilo, cujas cópias recebeu; (ii) assumir expressamente responsabilidade pessoal pelo cumprimento das regras constantes das referidas Política de Negociação e Política de Divulgação, obrigando-se a pautar suas ações referentes à Companhia sempre em conformidade com tais regras, sujeitando-se, ainda, às penalidades cabíveis; e (iii) ter conhecimento de que a transgressão às disposições da Política de Negociação e da Política de Divulgação configura infração grave, para os fins previstos no § 3º do art. 11, da Lei nº 6.385/76.

O Declarante firma o presente Termo em 3 (três) vias de igual teor e conteúdo, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

[local], [data].

[DECLARANTE]

Testemunhas:

1.

Nome:

RG:

2.

Nome:

RG:

			Compra				
			Total Compras				
			Venda				
			Total Vendas				
Saldo Final							
Valor Mobiliário/ Derivativo	Características dos Títulos (2)			Quantidade	% de participação		
					Mesma Espécie/ Classe	Total	

Denominação da Controlada:							
Grupo e Pessoas Ligadas	☐ Conselho de Administração	☐ Diretoria	☐ Conselho Fiscal	☐ Órgãos Técnicos ou Consultivos			
Saldo Inicial							
Valor Mobiliário/ Derivativo	Características dos Títulos (2)			Quantidade	% de participação		
					Mesma Espécie/ Classe	Total	
Movimentação no Mês							
Valor Mobiliário/ Derivativo	Características dos Títulos (2)	Intermediário	Operação	Dia	Quantidade	Preço	Volume (R\$) (3)
			Compra				
			Total Compras				
			Venda				
			Total Vendas				
Saldo Final							
Valor Mobiliário/ Derivativo	Características dos Títulos (2)			Quantidade	% de participação		
					Mesma Espécie/ Classe	Total	

- (1) Ao preencher o formulário, excluir as linhas que não contenham informação. Se não houver aquisição/alteração de posições para nenhuma das pessoas abrangidas no artigo 11 da Instrução CVM nº 358/2002, enviar uma declaração informando a respeito.
- (2) Emissão/série, conversível, simples, prazos, garantias, espécies/classe, etc.
- (3) Quantidade vezes preço.

Nota: Nesses dados consolidados devem ser fornecidas as informações por grupo – Membros do Conselho de Administração; Membros da Diretoria (que não foram incluídos no grupo do Conselho de Administração), etc.

ANEXO “C”**FORMULÁRIO INDIVIDUAL****Negociação de Administradores e Pessoas Ligadas – Art. 11 – Instrução CVM nº 358/2002**

Em(mês/ano)

() ocorreram somente as seguintes operações com valores mobiliários e derivativos, de acordo com o artigo 11 da Instrução CVM nº 358/2002.(1)

() não foram realizadas operações com valores mobiliários e derivativos, de acordo com o artigo 11 da Instrução CVM nº 358/2002, sendo que possuo as seguintes posições dos valores mobiliários e derivativos.

Denominação da Companhia:							
Nome:					CPF/CNPJ:		
Qualificação:							
Saldo Inicial							
Valor Mobiliário/ Derivativo	Características dos Títulos (2)				Quantidade	% de participação	
						Mesma Espécie/ Classe	Total
Movimentação no Mês							
Valor Mobiliário/ Derivativo	Características dos Títulos (2)	Intermediário	Operação	Dia	Quantidade	Preço	Volume (R\$) (3)
			Compra				
			Total Compras				
			Venda				
			Total Vendas				
Saldo Final							
Valor Mobiliário/ Derivativo	Características dos Títulos (2)				Quantidade	% de participação	
						Mesma Espécie/ Classe	Total

Denominação da Controladora:							
Nome:					CPF/CNPJ:		
Qualificação:							
Saldo Inicial							
Valor Mobiliário/ Derivativo	Características dos Títulos (2)				Quantidade	% de participação	
						Mesma Espécie/ Classe	Total

Movimentação no Mês							
Valor Mobiliário/ Derivativo	Características dos Títulos (2)	Intermediário	Operação	Dia	Quantidade	Preço	Volume (R\$) (3)
			Compra				
			Total Compras				
			Venda				
			Total Vendas				
Saldo Final							
Valor Mobiliário/ Derivativo	Características dos Títulos (2)	Quantidade	% de participação				
			Mesma Espécie/ Classe	Total			

Denominação da Controlada:							
Nome:					CPF/CNPJ:		
Qualificação:							
Saldo Inicial							
Valor Mobiliário/ Derivativo	Características dos Títulos (2)	Quantidade	% de participação				
			Mesma Espécie/ Classe	Total			
Movimentação no Mês							
Valor Mobiliário/ Derivativo	Características dos Títulos (2)	Intermediário	Operação	Dia	Quantidade	Preço	Volume (R\$) (3)
			Compra				
			Total Compras				
			Venda				
			Total Vendas				
Saldo Final							
Valor Mobiliário/ Derivativo	Características dos Títulos (2)	Quantidade	% de participação				
			Mesma Espécie/ Classe	Total			

- (1) Ao preencher o formulário, excluir as linhas que não contenham informação. Se não houver aquisição/alteração de posições para nenhuma das pessoas abrangidas no artigo 11 da Instrução CVM nº 358/2002, enviar uma declaração informando a respeito.
- (2) Emissão/série, conversível, simples, prazos, garantias, espécies/classe, etc.
- (3) Quantidade vezes preço.

ANEXO “D”**DECLARAÇÃO**

Negociações realizadas com Valores Mobiliários da Magnesita Refratários S.A.	
Período:	
Nome do Adquirente:	
Qualificação:	
CNPJ/CPF:	
Data da transação:	
Tipo de transação:	
Tipo de Valor Mobiliário ou Derivativo:	
Quantidade:	
Preço:	
Corretora utilizada:	
Objetivo da Participação e Quantidade Visada:	
Número de debêntures conversíveis em ações, já detidas, direta ou indiretamente, pelo adquirente ou pessoa a ele ligada, explicitando a quantidade de ações objeto da possível conversão, por espécie e classe:	
Número de ações, bônus de subscrição, bem como de direitos de subscrição de ações e de opções de compra de ações, por espécie e classe, já detidos, direta ou indiretamente, pelo adquirente ou pessoa a ele ligada:	
Indicação de qualquer acordo ou contrato regulando o exercício do direito de voto ou a compra e venda de valores mobiliários de emissão da companhia:	
Outras informações relevantes:	

[local], [data].

[nome]